

---

## Caso fortuito e força maior: efeitos sobre as relações contratuais

### *Foirtuite case and force major: effects on contractual relations*

Daihany Silva dos Santos<sup>1</sup>

Ângela Maria Griboggi<sup>2</sup>

#### RESUMO

Tendo em consideração a situação de calamidade pública trazida pela pandemia da COVID-19, e os consequentes impactos sociais e econômicas acarretados, principalmente no âmbito da responsabilidade civil e das relações obrigacionais contratuais, traçam-se algumas considerações relativas aos efeitos do caso fortuito e força maior sobre estas obrigações. Esta pesquisa tem por objetivo estabelecer critérios de uso das excludentes do caso fortuito e da força maior nas relações jurídicas contratuais civis. Analisando casos em concreto, a fim de constatar se o desequilíbrio contratual em causa seria justificaria o emprego das teorias da imprevisão e da onerosidade excessiva, ou se advém de uma impossibilidade absoluta do cumprimento da obrigação, e, portanto, aplicável a isenção de responsabilidade. A abordagem realizada empregou o tipo de pesquisa qualitativo e o método hipotético-dedutivo, realizando pesquisa exploratória por meio de doutrinas, artigos, publicações científicas e exploração judicial. O trabalho é apresentado em três partes, a primeira discorre sobre excludentes de responsabilização civil, em especial sobre o caso fortuito e a força maior, a segunda trata sobre a responsabilidade contratual, particularmente sobre cláusulas contratuais que repercutem responsabilização civil e a terceira descreve impactos do caso fortuito e da força maior sobre a responsabilização civil contratual. Os resultados demonstraram a necessidade de prevalência do princípio da boa-fé objetiva e do equilíbrio contratual, para que se garanta segurança jurídica nas relações contratuais e que compete aos julgadores uma análise minuciosa de cada evento e suas circunstâncias, para a garantia dos mencionados princípios, eis que criam precedentes, que serão importantes instrumentos de pacificação social no período pós-pandêmico.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil; Caso Fortuito; Força Maior; Pandemia.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Curso de Direito da Fundação de Estudos Sociais do Paraná-FESP. Tecnóloga em Secretariado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: daihanyasantos@gmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Direito Econômico e Socioambiental, Especialista em direito Ambiental e Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC/PR. Bacharela em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Membro da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/SJP-PR. Membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB/SJP-PR. Professora de Direito da Fundação de Estudos Sociais do Paraná-FESP. E-mail: agriboggi@gmail.com

---

## ABSTRACT

Considering the recent situation of public calamity brought about by the pandemic of COVID-19, social and economic impacts have had major repercussions, especially in terms of civil liability and contractual obligations. This research aims to establish criteria for the use of acts of God and force majeure. Analyzing the conditions of specific cases to determine whether the contractual imbalance stems from a difficulty in fulfilling the contract, thus making it possible to use the theories of unforeseen and excessive onerosity, or whether it arises from an absolute impossibility of fulfilling the obligation, and, therefore, the disclaimer applies. Using a qualitative approach through the hypothetical-deductive method, conducting exploratory research through doctrines, articles, scientific publications and judicial exploration. The work is presented in three parts, the first discusses civil liability exclusions, especially on acts of God and force majeure, the second deals with contractual liability, discussing contractual clauses that have repercussions on civil liability and the third describes the impacts of acts of God and force majeure in contractual civil liability. The result demonstrates the need to protect the principles of objective good faith and balance to ensure legal certainty in contractual relationships. Therefore, it can be considered that a thorough analysis should be carried out by the magistrates of each event and its circumstances, as the judgments create binding precedents that will be important instruments of social pacification in a post-pandemic period.

**Key Words:** Civil Responsibility; Act of God; Force Majeure; Pandemic.

## 1. INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil surge da violação de um dever jurídico e opera-se como um mecanismo de garantia e proteção dos contratantes, sendo sua principal finalidade a reparação dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Essa responsabilidade possui um sistema dualista legitimado pelo Código Civil, podendo ser subjetiva quando fundada na culpabilidade, e objetiva, quando baseada na causalidade, na culpa, onde se estabelece o vínculo entre o dano e a causa no processo causal, essencial para que se estabeleça a medida de responsabilidade.

Para o caso da responsabilidade subjetiva, o rompimento do nexos causal ocorre quando há interferência na cadeia do processo causal, seja por fato exclusivo de terceiro, seja

---

por culpa da vítima ou ainda, em razão de caso fortuito ou de força maior. As três possibilidades mencionadas são classificadas como excludentes de responsabilidade, a última, como tema em evidência no presente artigo, será pormenorizada para que seja possível estabelecer sua aplicação, efeitos e consequências jurídicas.

Inicialmente, cabe esclarecer que para caracterização do caso fortuito e da força maior devem estar presentes duas condições essenciais - externalidade, que exige que o fato seja alheio à vontade das partes, e - inevitabilidade, sendo o evento irresistível e imponderável, sendo assim, é imprescindível que seja analisado o caso em concreto, pois somente assim é possível examinar a pluralidades de fatores que envolvem o evento e estabelecer a aplicação e efeitos da excludente.

Independente da categoria, os contratos representam a manifestação da vontade dos contratantes e exprimem uma força vinculativa da obrigação assumida, que reflete o *pacta sunt servanda* do negócio jurídico, porém, existem situações específicas em que essa força vinculante enfraquece, como é o caso da teoria da imprevisão e da onerosidade excessiva, onde fica evidenciada a dificuldade de cumprimento do contrato, sendo necessário a revisão ou até mesmo em casos extraordinários a resolução do contrato.

Após dois anos desde a eclosão pandêmica provocada pelo COVID-19, ainda é possível assistir resquícios da insegurança social e de instabilidade jurídica trazidas pela pandemia, os impactos no âmbito comercial trouxeram diversos casos de inadimplemento contratual que ainda vem sendo discutidos perante o poder judiciário. Dessa forma, é necessário avaliar até que ponto caminha a boa-fé na medida de justificar as possibilidades de excludentes de responsabilidade como justificativa para o inadimplemento de um contrato.

Neste sentido, apresenta-se o presente estudo, dividido em 3 partes, a primeira pondera sobre as excludentes de responsabilização civil, em especial sobre o caso fortuito e a força maior, traçando-se os pontos de distinções entre ambos.

Na sequência, a segunda parte trata sobre a responsabilidade contratual discorrendo sobre cláusulas contratuais que repercutem responsabilização civil, como cláusula de *hardship*, cláusula penal, cláusula resolutiva tácita e cláusula de não indenizar.

Na terceira parte o trabalho descreve sobre os impactos do caso fortuito e da força maior na responsabilização civil contratual, em particular, efetuou-se um recorte metodológico para a análise de alguns contratos, quais sejam: contrato de transporte, contratos de prestação de serviços, contrato de locação de imóveis e contrato de seguro de vida.

Ao final apresentam-se os resultados, no sentido de evidenciar a importância dos princípios da boa-fé objetiva e do equilíbrio contratual e da responsabilidade das decisões judiciais sobre o tema, na formação de precedentes.

## 2. EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A responsabilidade civil decorre do descumprimento de uma obrigação, ou seja, de um dever jurídico preexistente e consiste na restauração do equilíbrio anterior do dano causado. Cavalieri Filho (2020, p. 21), é essencial que prevaleça o princípio da *restitutio in integrum*, ou seja, que o agente causador do dano seja obrigado reestabelecer, na medida do possível, o estado anterior a lesão para que feito justiça para a vítima.

O dever de reparação está contemplado no Código Civil, em seu artigo 927 determina que “aquele que por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”, desse dispositivo legal pode-se concluir que o ato ilícito da origem a obrigação de indenizar. Deste mesmo artigo ainda é crucial ressaltar o que determina seu parágrafo único, “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”, trata-se de uma responsabilidade objetiva,

---

fundada na teoria do risco, devendo ser destacado a teoria do risco da atividade ou risco profissional.

Nesse sentido, o enunciado nº 38 da I Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal dispõe que:

“a responsabilidade fundada no risco da atividade, como prevista na segunda parte do parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil, configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano causar a pessoa determinada um ônus maior do que aos demais membros da coletividade”.

Essa teoria do risco surgiu da necessidade de superação da exigência de prova da culpa, não como forma de eliminar a responsabilidade subjetiva, mas sim reservando a casos de aplicação específica em hipóteses previstas em lei. Como cláusula geral cabe ao magistrado interpretar no caso concreto o que é considerado risco da atividade, ou seja, qual o grau de potencialidade lesiva e qual o contexto em que é exercida para justificar o enquadramento na legislação.

A responsabilidade civil é constituída por vários elementos, sendo o nexo de causalidade imprescindível para análise de qualquer caso. Deste modo, tanto na responsabilidade subjetiva quanto na objetiva esse vínculo deve estar presente para que exista o dever de indenizar, pois é determinante para conectar a ofensa ao resultado danoso e responsável por delimitar a extensão do dano, “este é o mais delicado dos elementos da responsabilidade civil e o mais difícil de ser determinado” (PEREIRA, 2018, p. 102).

“No campo da responsabilidade civil, o nexo causal cumpre uma dupla função: por um lado, permite determinar a quem se deve atribuir o resultado danoso; por outro, é indispensável na verificação da extensão do dano a se indenizar, pois serve como medida da indenização. É, portanto, o nexo causal que determina até onde vai a responsabilidade do autor do dano, e não a culpa” (TEPEDINO, et al., 2021, p. 84).

Entretanto, há casos em que ocorrem a interrupção do nexu causal, as chamadas excludentes de responsabilidade, sendo cabível em três hipóteses: fato exclusivo da vítima – quando a própria vítima é responsável pelo dano, por exemplo, um indivíduo que faz uso em doses excessivas de medicamentos sem prescrição médica, a culpa é da própria pessoa que ingeriu não do médico ou fornecedor do medicamento; fato de terceiro – quando pessoa estranha ao evento altera a relação causal e implica no dano, por exemplo, um assalto a um funcionário durante a prestação de serviços em uma padaria, a empregadora não pode ser responsabilizada pois não praticou o ato danoso; e por último, sendo tema abordado a seguir, o caso fortuito e força maior. Nestes casos, a relação entre a conduta e o dano deixa de existir, portanto, o devedor não responde pela obrigação.

## 2.1.CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

O caso fortuito e a força maior, como já mencionado, são possibilidades de excludentes de responsabilidade, se referem a acontecimentos extraordinário em que estão presentes dois elementos essenciais, o subjetivo, no qual não há culpa do devedor pelo inadimplemento da obrigação, e o objetivo, que se refere a inevitabilidade do evento, ou seja, sendo impossível evitar ou impedir que ocorra.

“Nas hipóteses de força maior ou caso fortuito, desaparece o nexu de causalidade entre o inadimplemento e o dano, de modo que não haverá obrigação de indenizar. Trata-se, portanto, de causa de excludente da responsabilidade civil, contratual ou extracontratual” (BDINE JR., et al, 2021, p.380).

O Código Civil aborda situações de caso fortuito e força maior em seu artigo 393 e parágrafo único:

“Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou

**força maior**, se expressamente não houver por eles se responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior **verifica-se no fato necessário**, cujos efeitos **não era possível evitar ou impedir**” (grifa-se).

O caput do dispositivo trata-se de uma cláusula de assunção convencional, que se refere a não responsabilização caso não haja uma previsão contratual expressa em que hipóteses de eventos ligados ao caso fortuito ou a força maior, sendo abordado mais adiante.

Além disso, o enunciado 443 da V Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal determina que “o caso fortuito e a força maior somente serão considerados como excludentes de responsabilidade civil quando o fato gerador do dano não for conexo à atividade desenvolvida”, ou seja, fortuitos internos decorrentes do risco da atividade não podem ser considerados como excludentes, já que o risco é inseparável do exercício da atividade.

## 2.2. DISTINÇÃO ENTRE CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

Caso fortuito e força maior são classificados como fatos jurídicos, natural, chamado fato jurídico *stricto sensu*, na vertente fato jurídico extraordinário. A doutrina não apresenta um conceito específico sobre o entendimento da diferença entre ambos os casos, cada autor apresenta as suas considerações sobre o tema, enquanto alguns autores retratam as duas hipóteses como sinônimas outros defendem a necessidade de distinção.

De acordo com Maria Helena Diniz

“Na força maior conhece-se o motivo ou a causa que dá origem ao acontecimento, pois se trata de um fato da natureza, como p. ex., um raio que provoca incêndio, inundação, que danifica produtos ou intercepta as vias de comunicação, impedindo a entrega da mercadora prometida, ou um terremoto que ocasiona grandes prejuízos etc. (...) No caso fortuito o acidente que acarreta o dano advém de causa

desconhecida, como o cabo elétrico aéreo que se rompe e cai sobre fios telefônicos, causando incêndio, explosão de caldeira de usina, e provocando morte. Pode ser ocasionado por fato de terceiro, como greve, que provoca a paralisação da fábrica e impede a entrega de certo produto prometido pelo industrial, motim, mudança de governo, colocação do bem fora do comércio, de modo a causar graves acidentes ou prejuízos, devido à impossibilidade do cumprimento de certas obrigações”<sup>3</sup>.

### Sergio Cavalieri Filho entende que

“O que é indiscutível é que tanto um como outro estão fora dos limites da culpa. Fala-se em caso fortuito ou de força maior quando se trata de acontecimento que escapa a toda diligência, inteiramente estranho à vontade do devedor da obrigação. (...) estaremos em face de caso fortuito quando se trata de evento **imprevisível** e, por isso inevitável; se o evento for **irresistível**, ainda que previsível, por se tratar de fato superior às forças do agente, como normalmente são os fatos da Natureza (tempestades, enchentes, furacões etc.), estaremos em face da força maior, como o próprio nome o diz. É o act of God, no dizer dos ingleses, em relação ao qual o agente nada pode fazer para evitá-lo, ainda que previsível. A imprevisibilidade, portanto, é o elemento indispensável para a caracterização do caso fortuito, enquanto a irresistibilidade é o da força maior. Entende-se por imprevisibilidade, conforme já assinalado (item 8.8), a imprevisibilidade específica, relativa a um fato concreto, e não a genérica ou abstrata de que poderão ocorrer assaltos, acidentes, atropelamentos etc., porque se assim não for tudo passará a ser previsível. A irresistibilidade, por sua vez, decorre de fato superior às forças do agente ainda que previsível. Na força maior

---

<sup>3</sup> Maria Helena Diniz, **Curso de direito Civil Brasileiro** — teoria Geral das obrigações, 22. ed., rev. e atual, de acordo com a Reforma do CPC São Paulo: Saraiva, 2007, v. 2, p. 364.

há impossibilidade absoluta de se cumprir aquilo a que se obrigou – o dever jurídico originário; não há como agir para impedir a ocorrência de evento danoso. Mas, tenha-se em conta, quanto aos efeitos o caso fortuito e a força maior se equiparam. Pode-se dizer que o elemento comum a ambos é a inevitabilidade; só que no fortuito a inevitabilidade decorre da imprevisibilidade e na força maior da irresistibilidade”<sup>4</sup>.



Em sentido contrário, os autores Nelson Rosenvald, Cristiano Chaves de Farias e Felipe Braga Netto defendem que

“Nesse cenário de incerteza, cumpre perceber que qualquer distinção conceitual só revela no cenário jurídico se gerar consequências práticas e efetivas. Nada obstante, o referido art. 393 do Código Civil acena para a identidade entre modelos jurídicos no plano eficaz. Tanto faz se o evento lesivo foi produzido pela natureza ou pelo fato do príncipe, em qualquer dos casos o resultado será a exclusão de responsabilidade do agente, seja ele um devedor (na responsabilidade negocial) ou o ofensor (na responsabilidade extranegocial ou aquiliana). Portanto, quais são os elementos que identificam o caso fortuito e a força maior e nos permitem conferir esse tratamento unitário? Conceituamos o fortuito (ou força maior) como um fato externo à conduta do agente, de caráter inevitável, a que se atribui a causa necessária ao dano. Daí inferimos os seus dois atributos: a externalidade e a inevitabilidade. Externalidade significa que o dano ocorreu por um fato não imputável ao agente, completamente extraordinário e estranho ao seu comportamento ou atividade. (...) Já a inevitabilidade qualifica o fato imponderável e atual, que surge de forma avassaladora e seus efeitos são irresistíveis”<sup>5</sup>.

Independente da concepção apresentada por cada autor o que realmente se torna relevante é a adequação a cada caso concreto. O próprio Código Civil une o conceito de caso fortuito e força maior em seu artigo 393, trazendo ambos como exoneração de responsabilidade, e ao mesmo tempo o mesmo apresenta concepções distintas quando aplicado a determinados casos, temos como exemplo, o artigo 734, que aborda a responsabilidade do transporte de pessoas, sendo o transportador responsável pelos danos causados, salvo em hipótese de força maior, nessa cláusula não há qualquer menção de caso fortuito, além disso, “o transportador não será responsabilizado pelos danos causados direta ou indiretamente pelo evento de força maior (temporal, tempestade), mas poderá ser responsabilizado por não ter minorado seus efeitos sobre o passageiro” (CAVALIERI FILHO,

2020, p. 84).

<sup>4</sup> Sergio Cavalieri Filho. **Programa de responsabilidade civil**. – 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2020, p. 83.

<sup>5</sup> Felipe Peixoto Braga Netto, Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald. Novo tratado de responsabilidade civil. – 4. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019, pg. 571/572.

Devido ao avanço das tecnologias que podem ajudar a evitar eventos imprevisíveis ou pelo menos a diminuir suas consequências, no entendimento jurisprudencial se tornou comum ocorrer uma distinção entre o caso fortuito, sendo classificado como interno e externo, essa divisão atua como um terceiro elemento necessário para o rompimento do nexo de causalidade, que é a externalidade.

“O caso fortuito interno consistiria no fato “inevitável e, normalmente, imprevisível que, liga-se à própria atividade do agente. Insere-se, portanto, entre os riscos com os quais deve arcar aquele, no exercício da autonomia privada, gera situações potencialmente lesivas à sociedade”. Já o caso fortuito externo é aquele fato estranho à organização ou à atividade da empresa, e que por isso não tem seus riscos suportados por ela. Com relação a este, sustenta-se sua aptidão para excluir a responsabilidade objetiva” (MIRAGEM, 2021, p. 327).

Sendo assim, pode-se considerar que o fortuito interno são os casos que está diretamente ligado ao risco da atividade desempenhada pelo empresário, devendo ele ser responsabilizado, pode-se citar como exemplo o disposto na Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça, que determina que “as instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias”.

Já o fortuito externo rompe totalmente a relação entre o dano e a atividade. Cabe ressaltar que alguns doutrinadores equiparam o fortuito externo com a força maior: “Para os que se atêm à doutrina do risco, o simples caso fortuito não exime o agente. Somente estará liberado este se ocorrer o acontecimento de força maior, ou seja, “o caso fortuito externo”

---

(PEREIRA, 2018, p. 390). Cavalieri Filho (2020, p. 349) entende que o fortuito externo, sendo entendido como força maior, exclui a responsabilidade do transportador, conforme preceitua o artigo 734 do Código Civil.

### 3. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL

Quando se trata de contratos, independentemente da sua espécie, a responsabilidade advém de uma relação jurídica preestabelecida pela autonomia da vontade dos indivíduos, e a obrigação de indenizar manifesta-se pelo inadimplemento. Segundo Cavalieri Filho (2020, p. 320), a responsabilidade não se encontra no contrato, que traz a obrigação originária estabelecida entre as partes, mas no ato de descumprimento do disposto no acordo, sendo o direito do lesado o ressarcimento do dano.

Nesse sentido, o artigo 475 do Código Civil institui que “a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos”, cabe mencionar que a parte final do artigo que dispõe sobre a aplicação de perdas e danos não é algo inalterável, o caso fortuito e a força maior são exemplos de exceção. Em vista disso, o enunciado 31 da I jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal estipula que “as perdas e danos mencionados no art. 475 do Código Civil dependem da imputabilidade da causa da possível resolução”. “Caso a inexecução não decorra do comportamento culposos de uma das partes, hipótese em que a impossibilidade da prestação não é imputável ao devedor, deflagra-se a extinção do contrato com a restituição das prestações já efetuadas” (TEPEDINO, *et al.*, p. 158).

Os contratos são construídos através de princípios, sendo necessário mencionar alguns deles, iniciando com o princípio da boa-fé objetiva, que está presente tanto no Código Civil, em seu artigo 422 que determina “os contratantes são obrigados a guardar, assim na

---

conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé”, quanto no Código de Defesa do Consumidor, que em seu artigo 4º, inciso III, decreta que deve haver a harmonização dos interesses dos participantes, com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores, ou seja, a quebra dessa boa-fé gera a responsabilização.

“a boa-fé serve como limite para o exercício de direitos subjetivos. Funciona como parâmetro para valorar a conduta das partes de modo a concluir pela arbitrariedade do exercício de determinado direito, ou seja, da prática de abuso de direito. O art. 187 do Código Civil estabelece que comete ato ilícito “o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestadamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes” (grifou-se). (...) Com o equilíbrio econômico pretende-se a existência de relativa proporção entre prestação e contraprestação. Busca-se uma relação contratual justa” (BESSA, 2021, p. 36).

Ainda, cabe ressaltar que, atrelado diretamente ao princípio da boa-fé tem-se o princípio da vedação de comportamento contraditório (*nemo potest venire contra factum proprium* – ninguém pode comportar-se contra seus próprios atos), que visa garantir a confiança e a segurança jurídica da relação contratual. Lôbo (2022, p. 70), defende que não ninguém deve utilizar-se de determinado posicionamento somente quando for conveniente e favorável, e quando não for útil ir contra, pois estaria assim indo contra o próprio princípio da boa-fé.

Outro princípio relevante é o equilíbrio contratual, direcionado na proteção da justiça contratual, sendo uma condição de relativização do *pacta sunt servanda* (força obrigatória do contrato), pois busca corrigir a desigualdade fática entre os contratantes, ou seja, se os pressupostos contidos na celebração do contrato forem alterados a execução do contrato também deve ser, para que assim seja reestabelecido o equilíbrio.

Dessa forma, quando ocorre a interrupção desse equilíbrio contratual enseja a aplicação de duas hipóteses: a teoria da imprevisão, que permite a revisão contratual em

casos em que surgem novas circunstâncias imprevisíveis que possam causar algum ônus desproporcional, estando evidenciada no artigo 317 do Código Civil, estabelecendo que “quando, por motivos imprevisíveis, sobrevier desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e do momento de sua execução, poderá o juiz corrigi-lo, a pedido da parte, de modo que assegure, quanto possível, o valor real da prestação” e; a teoria da onerosidade excessiva, que possibilita a resolução do contrato em casos extraordinários e imprevisíveis em que uma prestação se torne excessivamente desvantajosa a um dos contratantes, isto é, quando a onerosidade ultrapassa os riscos assumidos juntamente com o contrato, sendo preceituada pelos artigos 478 e 479 do Código Civil.

Em ambas as teorias o que se tem é uma dificuldade para cumprimento do contrato, por essa razão torna-se adequado a revisão dos termos previstos no contrato ou a extinção do negócio jurídico. Porém, nem sempre o equilíbrio contratual se reestabelece, pois o credor não é obrigado a aceitar os novos termos propostos pelo devedor.

“Essa possibilidade de “redução” da obrigação, que remete, por sua vez, à antiga *reductio ad aequitatem* do direito medieval, exprime a possibilidade de revisão judicial do pacto desequilibrado, permitindo a manutenção do contrato, consequência que se mostra preferível à sua anulação. (...)Por essas razões, a parte prejudicada deixa, muitas vezes, de propor ação anulatória; se o que pretende é tão somente afastar a excessiva onerosidade ou desproporção manifesta entre as prestações, reequilibrando o negócio jurídico celebrado, busca a via de um acordo extrajudicial. E, quando frustrada tal alternativa pela recusa ou silêncio da contraparte, simplesmente suporta o prejuízo. Com isso, surge um espaço de ausência de efetividade da norma jurídica, que contribui para a manutenção de um ambiente negocial alheio aos valores fundamentais do ordenamento” (SCHREIBER, 2020, p. 159).

Do exposto, tem-se a possibilidade de revisão contratual em função do desequilíbrio contratual. O que se pode verificar com base na teoria do rompimento da base objetiva do

---

negócio jurídico, nos casos de relação de consumo e para os contratos civis, a revisão é possível a partir da teoria da imprevisão.

A teoria do rompimento da base objetiva do negócio jurídico aplica-se aos contratos de direito do consumidor e justifica a modificação de cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais, ou sua revisão por fato superveniente que tornem o contrato desproporcional, não importando se já nasceram desproporcionais ou se tornaram desproporcionais em função de fatos jurídicos posteriores, também não exige fato imprevisível (art. 6º V do CDC). Assim, para as relações de consumo, a revisão contratual depende de contratos de execução continuada, diferida, ou aleatórios, onerosidade excessiva e fato superveniente.

O que difere da revisão contratual prevista no Código Civil, que fundada na teoria da imprevisão, exige fato extraordinário, imprevisível, que torne a obrigação excessivamente onerosa. A revisão dos contratos civis, resumidamente, possui como requisitos: contrato comutativo, de execução continuada ou diferida, que a prestação de uma das partes se torne excessivamente onerosa (o que altera a base objetiva), desequilíbrio contratual e acontecimento extraordinário imprevisível e superveniente.

Nos contratos civis, a revisão contratual é autorizada com base na teoria da imprevisão (fundada na *cláusula rebus sic stantibus*), em decorrência de onerosidade excessiva, o que concretamente acarreta a relativização dos contratos, tudo como justificam os já mencionados artigos 478 e 479 da legislação civil.

### **3.1. Cláusulas Contratuais que Repercutem a Responsabilidade Civil**

Uma das principais funções da legislação e do Poder Judiciário, quando relacionadas aos negócios jurídicos, é a de assegurar o equilíbrio contratual, aplicando limites e garantindo ao cumprimento da obrigação acordada. Contudo, também devem preservar o direito das

---

partes de exercer a sua autonomia privada, permitindo que convençionem nos termos desta liberdade, inclusive criando contratos atípicos, não previstos na lei.

Sobre tais contratos, típicos ou atípicos recaem as regras gerais dos contratos, passando-se então, a analisar algumas cláusulas contratuais, que servem de instrumentos jurídicos para enfrentar circunstâncias diversas que possam refletir sobre contratos, como decorrentes de uma pandemia por exemplo, no intuito de que minorem os riscos, prejuízos e reflitam maior equilíbrio nas relações contratuais.

As cláusulas analisadas são: cláusula *hardship*, cláusula penal, cláusula resolutiva tácita e expressa e cláusula de não indenizar. Destacando-se que estas referem a cláusulas que repercutem responsabilização civil, mas não são exclusivas, existem outras que exercem papel similar.

### 3.1.1. Cláusula de *Hardship*

O risco é algo inerente a todos os contratos, por mais simples que seja o negócio sempre existe a possibilidade de descumprimento. Por ser um instrumento de vontades está sujeito a mudanças, diante disso, torna-se necessário em muitos casos a revisão contratual.

“Falar hoje de “riscos” na esfera dos contratos significa ampliar a questão de modo a encará-los conexos ao fato de contratar e à operação contratual, no seu conjunto. Significa, ainda, investigar acerca das formas de responsabilização; pensar os perigos que podem ocasionar o desequilíbrio entre as vontades contratantes” (MAYER FEITOSA, 2013, p. 64).

Nessa perspectiva, tendo como princípio a autonomia da vontade das partes, permite-se a inclusão de cláusulas de *hardship* nos contratos, que nada mais são que cláusulas de adaptação diante de novas circunstâncias distintas das acordadas, tendo como objetivo minimizar os riscos e esgotar a renegociação administrativa entre as partes buscando o

---

restabelecer o equilíbrio contratual sem precisar recorrer ao Poder Judiciário ou a Justiça Arbitral.

Geralmente são adicionadas em contratos de longa duração visando a preservação do contrato, pois possuem mais riscos de serem atingidos por fatores políticos, econômicos, legais etc., buscando a adaptação do acordo com a nova realidade fática. Pode ser redigida de forma restritiva, sendo enumeradas os possíveis eventos em que será aplicável ou excluídos, e de forma geral, deixando aberta para abranger vários casos de desequilíbrio, desde que sejam alheios à vontade das partes. Ainda, a cláusula permite: estipular prazos de negociação, a suspensão do contrato no momento da incidência do evento, a criação/extinção obrigações etc.

### **3.1.2. Cláusula Penal**

Está prevista nos artigos 409 a 416 do Código Civil e é responsável por fixar a quantia indenizatória no caso de descumprimento total ou parcial da obrigação e possíveis atrasos na execução, atua como instrumento de garantia do credor. Deve-se esclarecer que, a cláusula penal pode ser classificada como compensatória onde ocorre o inadimplemento total, neste caso, o artigo 410 do Código Civil, o credor deve optar entre o cumprimento da obrigação ou o valor da pena que foi determinada, não podendo acumular os valores, além disso, a quantia fixada não pode exceder o montante da obrigação principal (artigo 412 do Código Civil), ficando a faculdade do juiz reduzir a pena quando a obrigação for cumprida parcialmente ou quando considerar que é manifestamente excessiva.

Especificamente, quando ocorre o atraso da obrigação, a cláusula penal é classificada como moratória, onde a execução da obrigação ainda é possível, e tem por objetivo garantir a execução de outra cláusula ou evitar o retardamento do cumprimento do contrato, conforme estabelece o artigo 411 do Código Civil. Diferentemente do caso da cláusula



---

compensatória a moratória permite que o credor exija o valor da pena e o cumprimento da obrigação pois não é substitutiva, mas sim punitiva pela morosidade.

### **3.1.3. Cláusula Resolutiva Tácita e Expressa**

Como já referenciado, o artigo 475 do Código Civil permite a resolução por inadimplemento e representa uma cláusula resolutiva tácita, podendo ser utilizado sempre que ficar configurado o descumprimento contratual em que fique demonstrada a culpa. O único requisito para aplicação é que o exercício do direito potestativo deve ocorrer âmbito judicial, visando a proteção das partes.

“A chamada cláusula resolutiva tácita deve ser lida sob perspectiva funcional, compreendendo o descumprimento de todos aqueles deveres que vierem a prejudicar a produção dos efeitos essenciais que o contrato visava a produzir. Assim, também o descumprimento de deveres laterais, decorrentes da incidência do princípio da boa-fé, pode ensejar a resolução, se for capaz de comprometer o interesse do credor na utilidade da prestação” (TEPEDINO, et al., p. 159).

Entretanto, é lícito as partes estabelecer no contrato uma cláusula resolutiva expressa, determinando quais serão as hipóteses de inadimplemento passíveis de resolução, possibilitando que seja uma deliberação de pleno direito, onde apenas exige-se a notificação da outra parte para constituição em mora, conforme preconiza o artigo 474 do Código Civil. Suas principais vantagens são a qualificação da gravidade das possibilidades de inadimplemento, a extinção do vínculo de maneira extrajudicial e a proteção do credor diante de prestações frustradas.

### **3.1.4. Cláusulas de Não Indenizar**

São divididas em duas espécies, as que excluem o dever de indenizar e as que

estabelecem limites a indenização pelo descumprimento ou cumprimento incompleto da obrigação, podendo afastar somente o dever de reparar ou em alguns casos específicos a própria responsabilidade. As cláusulas limitativas flexibilizam os contratos, pois permitem a fixação de um montante/percentual máximo de indenização, podem excluir de forma lícita algumas espécies de danos como os de lucros cessantes.

A aplicação das cláusulas de não indenizar possui como exigências, a igualdade dos sujeitos integrantes da relação jurídica, devendo ser mutuamente aceitas, não sendo cabíveis em caso que desrespeitem normas cogentes, de ordem pública, e não podem excluir danos pessoas pois estaria afrontando o princípio constitucional da dignidade humana. Ainda, não podem afastar as obrigações essenciais estipuladas pois o contrato perderia seu objetivo, como no caso de contrato de transporte de pessoas, em que o artigo 734 do Código Civil determina que é nula qualquer cláusula que exclua a responsabilidade.

Dessa forma, a utilização dessas cláusulas deve ser relacionada a direitos patrimoniais disponíveis, ou seja, podem ser aplicadas a contratos de comércio, de aluguel, de prestação de serviços, de compra e venda etc. Deve-se destacar que essas cláusulas geralmente deixam de ser válida em contratos de consumo e de adesão, assim determinam os incisos do artigo 51 da Lei nº 8.078/1990 e o artigo 424 do Código Civil:

“Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

I – impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou implique renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;

(...)

IV – estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade”;

---

“Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio”.

Como já mencionado anteriormente, com relação ao caso fortuito e a força maior, o Código Civil no caput do artigo 393 já prevê a exclusão do dever de indenizar, não sendo necessário que as partes estipulem nesse sentido pois é uma limitação imposta pela própria lei. Entretanto, nada impede que as partes estabeleçam cláusula sobre, podendo ser especificados quais casos seriam considerados como excludentes da prestação, ou até mesmo uma das partes assumindo o risco causado pelo evento inevitável e irresistível, criando uma exceção onde exista a responsabilidade.

“Comprometendo-se o devedor a prestar mesmo que sobrevenha o risco assumido, a impossibilidade decorrente do caso fortuito indicado na cláusula não o exonera da obrigação, mas configura, em vez disso, inadimplemento absoluto. A gestão da superveniência do evento inevitável e necessário transforma um risco econômico extraordinário em um risco de inadimplemento no âmbito do concreto regulamento de interesses. O inadimplemento, nesse caso, não decorre de inexecução culposa, mas da assunção contratual do risco: a assunção expressa do risco estabelece um nexo de imputação entre o evento inevitável e o devedor, a atribuir-lhe a responsabilidade pela inexecução” (TEPEDINO, et al., 2021, p. 113).

As cláusulas analisadas - cláusula *hardship*, cláusula penal, cláusula resolutiva tácita e expressa e cláusula de não indenizar – são exemplos de cláusulas que repercutem responsabilização civil, mas como mencionado, além destas, existem outras com a mesma função, estas foram trazidas, com a finalidade de ilustrar o reflexo de algumas cláusulas sobre a responsabilização. Feitas tais ponderações, passa-se a análise dos impactos das excludentes de responsabilidade – caso fortuito e força maior, nos contratos civis.

---

#### 4. Os Impactos do Caso Fortuito e Força Maior na Responsabilidade Civil Contratual

O caso fortuito e a força maior surgem de eventos imprevisíveis e irresistíveis por tal, excluem o nexa causal e isentam o devedor de responsabilidade pelo descumprimento de uma regra contratual. Deve-se ressaltar que se trata de uma impossibilidade absoluta de cumprimento da obrigação.

Nesse sentido, não é possível utilizar da excludente como um meio de “proteção” para fugir das responsabilidades contratuais, já que é necessário que seja comprovado que não há meios de cumprir o adimplemento da obrigação, que o dano sofrido pelo devedor é totalmente desvinculado de sua conduta e que dessa forma, o fato inviabilizou o cumprimento do contrato.

Sendo assim, para que seja admissível ou não a utilização da excludente é indispensável avaliar as condições de cada caso em concreto, pois trata-se de um ou de vários eventos isolados que impediram a execução do negócio jurídico. Ficando configurado o caso fortuito ou a força maior, seus efeitos tornam a obrigação impossível de ser cumprida, sendo extinguido o contrato. Pode-se utilizar como exemplo o disposto nos artigos 234 e 238 do Código Civil.

Em ambos os dispositivos expostos acima pode-se verificar que quando comprovado a ausência de culpa do devedor encerra-se a obrigação. Os dois artigos referem-se à obrigação de dar e restituir coisa certa, onde se a coisa pereceu por caso fortuito ou de força maior o devedor não pode exigir o cumprimento da obrigação, exemplificando, se uma enchente destrói uma casa, objeto de um contrato de compra e venda, antes que seja entregue, neste caso a obrigação é extinta, não podendo o credor exigir perdas e danos.

Porém, caso seja constatado que a impossibilidade é temporária pode-se suspender a exigibilidade da obrigação até o momento em que se torne possível a execução do contrato,

ou ainda se a impossibilidade for parcial, poderá ocorrer a satisfação parcial da obrigação caso seja interesse do credor, tal como as situações análogas apresentadas nos artigos 235, 240 e 567, do Código Civil, que abordam casos em que o bem não pereceu, mas sim se deteriorou, ou seja, onde a obrigação não está totalmente perdida. Com relação ao artigo 567 que trata da deterioração de coisa alugada, se ocorresse a ruína completa do imóvel por um fortuito, por exemplo, seria inexorável a extinção do contrato.

#### **4.1. Possibilidade de Utilização das Excludentes do Caso Fortuito e da Força Maior nos Contratos durante a Pandemia do COVID-19**

A eclosão pandêmica provocada pelo COVID-19 ganhou o centro das discussões e tornou-se alvo de um combate com proporções globais. Tepedino (2021, *et. al.*, p. 115) definiu como uma crise exógena e sem precedentes, pois gerou uma recessão mundial, diante disso, os impactos nas relações contratuais se tornaram inevitáveis. A possibilidade de revisão trazida pelo Código Civil praticamente se transformou em uma obrigação.

“A sensação que é passada para a sociedade é a de que há o dever de revisar os contratos. Pais rejeitam-se a pagar as escolas ou faculdades dos seus filhos, mesmo os centros educacionais ofertando o acesso à conteúdo através de aulas virtuais. Inquilinos impõe aos seus locadores a obrigação de reduzir o valor do aluguel a patamares que são indicados por eles próprios, sem qualquer parâmetro, mas sob a justificativa de uma espécie de fragilidade nascida a partir da situação de excepcionalidade social” (RESEDÁ, 2020, p. 02).

O que é indiscutível é o fato da pandemia se enquadrar como um evento externo imprevisível e irresistível, se inserindo como um caso fortuito. Entretanto, não é possível afirmar que impossibilitou todas as prestações contratuais.

Dentre as diversas modalidades de contratos civis afetados pela pandemia, faz-se um

---

recorte para tratar de modo especial de alguns, com o fim de evidenciar alguns aos quais formam aplicados excludente de responsabilidade e outros que não configuram impossibilidade total da prestação e por derradeiro não se afastou o dever de cumprimento da obrigação. Dentre os contratos avaliados estão o contrato de transporte, contratos de prestação de serviços, contrato de locação de imóveis e o contrato de seguro de vida.

#### 4.1.1. Contrato de Transporte

Previsto no artigo 730 do Código Civil, o contrato de transporte pode ser definido como o negócio jurídico em que “alguém se obriga, mediante retribuição, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas”, mais especificamente no transporte de pessoas o bilhete de passagem representa o contrato. Trata-se de um acordo de adesão, no qual o passageiro aceita as cláusulas determinadas pelo transportador.

Logo, no início do *lockdown* ocorreu a suspensão de diversos trajetos aéreos internacionais, por exemplo, vários países como a Colômbia, Argentina, Peru, Equador, entre outros, suspenderam todos os voos de passageiros, permitindo apenas o transporte de carga<sup>6</sup>. Durante todo o período de maior intensidade da pandemia houve diversas situações que levaram ao cancelamento/reagendamento de voos, nesse sentido cabe analisar a responsabilidade do transportador prevista no artigo 734 do Código Civil.

Essa responsabilidade é objetiva, fundada na teoria do risco, além do Código Civil é passível também a aplicação do Código de Defesa do Consumidor por se tratar de uma relação de consumo. Acerca da isenção da responsabilidade do transportador a Lei nº 10.034/2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para a aviação em decorrência da pandemia da COVID-19,

---

<sup>6</sup> No dia 20 de abril de 2020, a **Colômbia segue Argentina e proíbe todos os voos internacionais**. (Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/20/colombia-segue-argentina-e-proibe-todos-os-voos->

internacionais.ghtml. Acesso em: 08 abr. 2022).

alterou o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86), no sentido de isentar o transportador em situação de atraso no transporte aéreo em hipótese de caso fortuito ou força maior, caracterizada pela decretação de epidemia ou pela publicação da ação governamental resultante para impedir ou restringir o transporte aéreo ou a atividade aeroportuária.

Nesse sentido, segue jurisprudência a respeito da aplicação da excludente do caso fortuito:

**“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. NÃO VERIFICAÇÃO. CANCELAMENTO DE VOO E REACOMODÇÃO EM OUTRO. PERÍODO DE PANDEMIA. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR. VERIFICAÇÃO. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO INDENIZATÓRIO.** O Código de Defesa do consumidor estabelece que o fornecedor responderá, objetivamente, pelos prejuízos causados ao consumidor, em razão de serviços mal prestados. De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7.565/86), alterado pela lei n. Lei n. 10.034/2020, **o transportador, em hipótese de atraso no transporte aéreo, não responde em situação de caso fortuito ou força maior, caracterizada pela decretação de pandemia ou publicação de atos de Governo que dela decorram, com vistas a impedir ou a restringir o transporte aéreo ou as atividades aeroportuárias, situação que se amolda à hipótese dos autos, uma vez que o cancelamento e reacomodação da autora em outro voo aconteceu justamente nos primeiros meses do período pandêmico.** Ficando demonstrado que o cancelamento do voo da ré aconteceu por motivo de caso fortuito e força maior, decorrente da pandemia de Covid-19, bem como que a autora foi informada com antecedência e reacomodada em outro voo, **é de se entender pela excludente da responsabilidade civil da ré, devendo ser mantida a improcedência do pedido indenizatório”.**

---

(TJMG – Apelação Cível nº 5002688-85.2020.8.13.0687, Relator: Amauri Pinto Ferreira, Data de Julgamento: 10/11/2021, Órgão Julgador: 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 11/11/2021).

Cabe ressaltar que, por mais que essas alterações legislativas tenham sido feitas em caráter emergencial passaram a ter um caráter permanente com relação a responsabilidade do transportador, já que o artigo 256 da Lei nº 7.565/86, em seu inciso II do § 1º, passou a prever que o transportador não será responsável pelo atraso do transporte aéreo “se comprovar que, por motivo de caso fortuito ou de força maior, foi impossível adotar medidas necessárias, suficientes e adequadas para evitar o dano”. Esse mesmo artigo, em seu § 3º, se incumbiu de estabelecer o conceito de caso fortuito e de força maior:

“§ 3º Constitui caso fortuito ou força maior, para fins do inciso II do § 1º deste artigo, a ocorrência de 1 (um) ou mais dos seguintes eventos, desde que supervenientes, imprevisíveis e inevitáveis:

I - restrições ao pouso ou à decolagem decorrentes de **condições meteorológicas adversas** impostas por órgão do sistema de controle do espaço aéreo;

II - restrições ao pouso ou à decolagem decorrentes de **indisponibilidade da infraestrutura aeroportuária**;

III - **restrições ao voo, ao pouso ou à decolagem decorrentes de determinações da autoridade** de aviação civil ou de qualquer outra autoridade ou órgão da Administração Pública, que será responsabilizada;

IV - **decretação de pandemia ou publicação de atos de Governo que dela decorram**, com vistas a impedir ou a restringir o transporte aéreo ou as atividades aeroportuárias”.

Essas novas categorias de excludentes indicadas já são reconhecidas pelos tribunais, conforme demonstra jurisprudência acima, entretanto é de se referir que esse entendimento não desobriga o transportador a prestar assistência ao passageiro enquanto aguarda outro



---

voou, bem como oferecer alternativas de reembolso, conforme preceitua o § 4º do artigo 256.

#### **4.1.2. Contrato de Prestação de Serviços**

O contrato de prestação de serviços é regido pelo Código Civil, em seus artigos 593 a 609, e pode ser conceituado como negócio jurídico consensual, que seja material ou imaterial, no qual a parte se obriga a prestar, mediante retribuição, um serviço de caráter eventual e sem vínculo de subordinação, pode ser com duração indeterminada, desde que respeite o prazo de duração de no máximo 4 anos estabelecido pelo artigo 598 do Código Civil.

Dessa forma, caso não possua um prazo, o contrato pode ser rescindido pelas partes, desde que respeite as regras trazidas pelo artigo 599 do Código Civil, realizando o aviso prévio com antecedência de oito dias quando a remuneração ocorrer mensalmente ou por tempo maior, de quatro dias para pagamentos semanais ou quinzenais e de véspera quando o contrato tiver sido realizado a menos de uma semana. Porém, se existir um prazo as partes devem respeitá-lo.

Como já mencionado anteriormente, como forma de proteção e garantia dos contratos, as partes podem convencionar cláusulas penais no caso de descumprimento contratual ou da constituição em mora, no caso da prestação de serviços o valor da multa não pode ser superior a 10% do valor total do contrato, conforme artigo 9º do Decreto n. 22.626/1933 (Lei de Usura), já em relação ao contrato em andamento a multa deve ser equitativa ao valor residual.

Nesse sentido, o artigo 413 do Código Civil preceitua que caso a cláusula for excessiva deve a penalidade ser reduzida, já o Código de Defesa do Consumidor é mais rígido em determinar em seu artigo 51, inciso IV, que são nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam obrigações abusivas, que causem desvantagem exagerada e que sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade.

Sobre o tema dois enunciados da IV Jornada de Direito Civil do Conselho de Justiça Federal são de importe menção: o enunciado 355 que dispõe que, por se tratar de preceito de ordem pública, as partes não podem renunciar à possibilidade de redução da cláusula penal nas hipóteses descritas no artigo 413 do Código Civil e; o enunciado 358 que especifica que “o caráter manifestamente excessivo do valor da cláusula penal não se confunde com a alteração das circunstâncias, a excessiva onerosidade e a frustração do fim do negócio jurídico, que podem incidir autonomamente e possibilitar sua revisão para mais ou para menos”.

Posto isto, diante do estado de calamidade ocorreram diversas rescisões contratuais, e em algumas situações o magistrado considera que não há abusividade na cobrança de multa, como exemplo, pode-se citar o caso publicado pela imprensa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, sobre o fechamento temporário das academias, através do Decreto nº 40.522/2020, onde os clientes não usufruíram do serviço, solicitando a rescisão contratual sem o pagamento de multa<sup>7</sup>. Neste caso, a juíza do 3º Juizado Especial Cível de Brasília entendeu que a cobrança de multa era cabível pois foi verificado que foi ofertado aos contratantes a possibilidade de prorrogação do contrato por igual período em que a academia ficou fechada, segue trecho extraído da sentença:

“É fato notório que em virtude das medidas de distanciamento social para diminuição de contágio pelo Coronavírus, os Governos Estaduais e Distrital impuseram uma série de medidas de distanciamento social para contenção da circulação do vírus, dentre elas, o distanciamento social, o que alterou as relações pessoais em todas as áreas.

---

<sup>7</sup> TJDF, publicado pela Assessoria da Secretaria Especial da Presidência – ASP, no dia 03 de setembro de 2020. Cobrança de multa para rescisão contratual é cabível desde que prevista. (Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/setembro/justica-julga-improcedente-pedido-de->

isencao-de-multa-na-rescisao-contratual. Acesso em 13 abr. 2022).

No caso dos autos, verifico que foi ofertado ao requerente contratante a possibilidade de prorrogação do contrato por igual período em que a academia ficou fechada para atividades em decorrência das medidas de distanciamento social impostas pelo Governo, isto, além da hipótese contratualmente prevista que estabelece o pagamento da multa contratual no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o saldo residual.

**Desse modo, diante da situação de força maior que envolve a relação contratual discutida, tenho que não se pode imputar tão somente ao fornecedor de serviço a responsabilidade e eventuais prejuízos decorrentes das medidas impostas, sobretudo, nos casos em que ao consumidor é dada a possibilidade de prorrogação do contrato.**

Ademais, tratando-se de contratos por períodos prolongados com a oferta de maiores descontos na mensalidade dos consumidores não se pode afastar a responsabilidade do contratante pelo pagamento da multa pactuada, sobretudo quando a suspensão temporária do serviço contratado encontra-se suspensa por motivo de força maior legalmente amparado e absolutamente escusável”.

(TJDFT - Ação de rescisão contratual nº 0722750-37.2020.8.07.0016, Juíza de Direito: Giselle Rocha Raposo, Data de Julgamento:28/08/2020, Órgão Julgador: 3º Juizado Especial Cível de Brasília, Data de Publicação: 01/09/2020).

Já em casos envolvendo o contrato de prestação de serviços do setor de eventos, a jurisprudência entende que a cobrança não é devida, pois com as restrições de distanciamento social foram proibidas aglomerações de pessoas, dessa forma, o consumidor que havia contratado o evento antes da pandemia e cancelou exclusivamente devido as medidas restritivas não pode sofrer penalidades. Sendo assim, o prestador de serviço não pode cobrar ou reter o valor da multa devendo devolver integralmente o valor pago, caso contrário é condenado a restituir o valor da multa retido pela quebra de contrato. Nesse sentido, segue entendimento da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, que decidiu que o consumidor não pode ser responsabilizado por prejuízos decorrentes de casos fortuitos ou de força maior.

“JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. FESTA DE ANIVERSÁRIO. RESCISÃO DECORRENTE DA PANDEMIA DE COVID-19. CASO FORTUIDO OU DE FORÇA MAIOR. MULTA INDEVIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Recurso próprio, regular e tempestivo.
2. Pretensão inicial de resolução do contrato de prestação de serviços da festa de aniversário, em razão da pandemia de Covid-19, bem como de restituição dos valores pagos, sem a incidência da multa de 30% imposta pela ré. Recurso interposto pela parte ré contra a sentença de procedência.
3. Preliminar. Gratuidade de justiça. A análise das condições econômicas demonstradas ao longo do processo, aliada à situação de crise econômica provocada pela pandemia de Covid-19, indica a hipossuficiência da recorrente, de modo que se lhe concede, na forma do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, o benefício da gratuidade de justiça.
4. A relação jurídica estabelecida entre as partes é de natureza consumerista, devendo a controvérsia ser solucionada sob o prisma do sistema jurídico autônomo instituído pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei n.8.078/1990).
5. A prova documental comprova a relação jurídica entre as partes. A rescisão ocorreu na audiência de conciliação, conforme ata de ID 20347473. Há provas de que houve a restituição de parte dos valores pagos, uma vez que a ré descontou algumas taxas da máquina de cartão de crédito, com anuência da autora, e reteve uma multa no valor de 30%, multa que restou impugnada e não foi abrangida pelo acordo, conforme constou na ata da audiência.
6. A MP 948/2020, posteriormente convertida na Lei 14046/2020, dispõe sobre o adiamento e o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e de cultura, em razão do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 e, portanto, não é aplicável para o caso em análise, uma vez que a ré, embora promova eventos, não se enquadra no setor de turismo e cultura.
7. **Ainda que exista previsão de multa no contrato, para o caso de rescisão, o contexto em que se operou o pedido da rescisão configura caso fortuito ou de força**

maior, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir, nos termos do art. 393, caput e parágrafo único, do CC. Por isso, não pode a autora ser penalizada pela quebra do contrato, já que não se responsabilizou por prejuízos decorrentes de casos fortuitos ou de força maior.

8. Da mesma forma que a autora tem o direito de não ser penalizada pela quebra antecipada do contrato, dado o contexto da pandemia, a ré/recorrente também possui igual direito perante as demais pessoas com quem contrata (operadora da máquina de cartão de crédito, fornecedores, locadores dos itens e do espaço das festas etc.), de modo que não pode repassar seus prejuízos à autora, pois, repise-se, a autora não se responsabilizou por esses prejuízos decorrentes de caso fortuito ou de força maior. Se a rescisão causou prejuízos à recorrente, deverá a parte demandar contra as pessoas que lucraram em seu desfavor, sendo indevida a retenção de 30% do valor do contrato celebrado com a autora.

9. **RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.** Sentença mantida pelos próprios fundamentos.

10. Condenado o recorrente nas custas processuais e nos honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação (art. 55 da Lei 9099/95), ficando suspensa a exigibilidade, considerando a gratuidade de justiça concedida”.

11. A súmula de julgamento servirá de acórdão (art.46 Lei 9099/95).

(TJDFT – Recurso Inominado Cível nº 0704485-17.2020.8.07.0006. Relator: Edilson Enedino das Chagas. Data de Julgamento: 19/03/2021, Órgão Julgador: 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, Data de Publicação: 26/03/2021).

Outro ponto que merece menção com relação ao contrato de prestação de serviços está associado ao abatimento de valores de mensalidade pela adoção de ensino a distância durante o período da pandemia, que foi devidamente autorizada pela Portaria do MEC nº 343/2020. O entendimento dos tribunais é majoritário em dizer que não cabe o abatimento da mensalidade pois não foi verificado queda na qualidade da prestação de serviços já que as aulas continuaram com atividades síncronas, igualmente como ocorreria de modo presencial, exemplificando segue julgamento do Tribunal de Justiça do Paraná:

“RECURSO INOMINADO. AÇÃO REVISIONAL C/C RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. PRELIMINARMENTE – AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO APENAS ACARRETA REVELIA EM FEITOS COM VALOR DA CAUSA SUPERIOR A 20 (VINTE) SALÁRIOS MÍNIMOS – ENUNCIADO 11 DO FONAJE. POSSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA ATÉ A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO – ENUNCIADO 10 DO FONAJE. REVELIA AFASTADA. MÉRITO. PLEITO DE REFORMA DA DECISÃO E IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS – POSSIBILIDADE. PRETENSÃO DE DESCONTO NAS MENSALIDADES DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO – **SUBSTITUIÇÃO DE AULAS PRESENCIAIS POR MÉTODO DE ENSINO À DISTÂNCIA POR CONTA DA PANDEMIA DE COVID-19. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO VERIFICADA – ENSINO ADAPTADO POR MOTIVO DE FORÇA MAIOR – RECLAMADA QUE EVITOU MAIORES PREJUÍZOS AO ANO LETIVO.** AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE ONEROSIDADE EXCESSIVA OU DE EXTREMA VANTAGEM À INSTITUIÇÃO DE ENSINO – ÔNUS QUE INCUMBIA À AUTORA – ART. 373, INCISO I, DO CPC – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA QUE NÃO É ABSOLUTA. DESEQUILÍBRIO CONTRATUAL NÃO DEMONSTRADO – AULAS ONLINE QUE DIFEREM DO ENAD PORQUE NESTE SÃO OFERECIDAS AULAS GRAVADAS PREVIAMENTE E NO CURSO ONLINE AS AULAS SÃO SÍNCRONAS - **PREVALÊNCIA DOS VALORES CONTRATADOS. IMPROCEDÊNCIA DA DEMANDA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO INOMINADO PROVIDO”.** (TJPR – Recurso Inominado nº 0007125-87.2020.8.16.0069. Relatora: Maria Roseli Guieismann. Data de Julgamento: 02/08/2021. Órgão Julgador: 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais. Data de Publicação: 02/08/2021).

Assim, a pandemia e a conseqüente oferta de aulas *on line* por instituições de ensino, não foram razões para a redução das mensalidades das IES, seja em função das regras de direito civil, seja com fundamento nas normas consumeristas.

---

#### 4.1.3. Contrato de Locação Imobiliária

Como conceito geral de locação, o artigo 565 do Código Civil estabelece que se trata de um contrato no qual uma das partes, mediante remuneração, concede a outra em caráter temporário o uso de coisa infungível, podendo ser um bem móvel ou imóvel. Em suma, o Código Civil regulamenta a locação de imóveis de propriedade da União, dos Estados e dos Municípios, de suas autarquias e fundações públicas, de vagas de garagem, de espaços destinados à publicidade, de imóveis que oferecem hospedagem de curta duração (apart-hotéis, por exemplo) e de arrendamento mercantil.

Já a locação de imóveis urbanos, destinados à moradia e para fins empresariais, é regida por legislação especial, a Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/91). Cabendo mencionar alguns pontos pertinentes trazidos por essa norma com relação ao descumprimento da obrigação tangente ao pagamento do aluguel. Os artigos 17, 18 e 19 estabelecem as regras sobre o preço pela locação do imóvel, sendo o valor inicial de livre fixação entre os contratantes, existindo a possibilidade de reajuste e de revisão do aluguel, desde que respeitadas as regras impostas, como o prazo de três anos para pedir a revisão judicial no caso de desacordo entre locador e locatário. Como consequência da falta de pagamento, o artigo 9º da dita lei, estabelece que a locação pode ser desfeita, ou seja, ocorrendo o rompimento do vínculo contratual, devendo o locatário deixar o imóvel, caso se negue a ação de despejo conforme estabelece o artigo 5º.

Posto isto, no contexto da COVID-19, a Lei nº 14.010/2020, que trata sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET), trouxe uma regra transitória que proibiu o despejo até 30 de outubro de 2020, e posteriormente, a Lei nº 14.216/2021, que estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), no mesmo sentido restringiu o despejo até 31 de dezembro de 2021. Recentemente, no dia 06 de abril de 2022, a referida lei foi prorrogada até

30 de junho de 2022.

Ambas as normas trouxeram uma proteção a vulnerabilidade dos locatários diante da crise sanitária, já que diante das circunstâncias o direito à moradia está diretamente relacionado a proteção da saúde, sendo essencial para o isolamento social, em conformidade segue parecer do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE DESPEJO - INADIMPLEMENTO - LIMINAR - REQUISITOS - PRESENÇA - SUSPENSÃO - POSSIBILIDADE - **FORÇA MAIOR - PANDEMIA - COVID-19** - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Constatados os requisitos para a concessão da liminar de despejo, consubstanciada em inadimplemento do locatário/agravante, notadamente a prestação de caução de 03 (três) meses e a ausência das garantias do art. 37, da Lei do Inquilinato, a medida encontra respaldo legal (art. 59, §1º, IX, da Lei n. 8.245/91).

2. **Demonstrado pelo recorrente a ocorrência de força maior que o impediu de adimplir as obrigações contratuais, bem como o agravamento da situação causado pela pandemia da COVID-19, deve ser determinada a suspensão da medida, até 31/03/2022, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, na ADPF 828, devendo o magistrado observar as disposições da Lei n. 14.216/2021.**

3. Recurso parcialmente provido”.

(TJMG – Agravo de Instrumento nº 2771158-71.2021.8.13.0000, Relator: Amorim Siqueira. Data de Julgamento: 29/03/2022. Órgão Julgador: 9ª Câmara Cível. Data de Publicação: 07/04/2022).

Alguns doutrinadores entendem que essa regra transitória representa uma proteção excessiva ao locatário, “a proibição de despejo desconsidera a situação dos donos de imóveis que dependem do recebimento do aluguel para viver” (BDINE JR., 2021, p. 574). Nesse sentido, a compreensão dos tribunais já é consolidada na perspectiva de que se for comprovado que o imóvel é a única propriedade do locador e sendo o aluguel sua única fonte de renda não é cabível o afastamento do despejo.



Outra questão relevante aos contratos de locação é em relação a cláusula penal por rescisão antecipada dos contratos, prevista no artigo 4º da Lei nº 8.245/91, que estabelece que o locatário pode devolver o imóvel pagando a multa proporcional ao tempo de cumprimento do contrato. No início da pandemia as restrições de distanciamento social que levaram ao *lockdown* trouxeram muitos prejuízos econômicos aos comerciantes, sem faturamento não era possível manter o estabelecimento obrigando muitos a encerrarem suas atividades e devolverem os imóveis antes do término de contrato de locação, por consequência, havia a imposição da multa rescisória.

Em muitos casos essa multa era considerada excessivamente onerosa, dessa coube ao judiciário avaliar. À vista disso, os magistrados têm decidido que levando em consideração o fato imprevisível decorrente da COVID-19 cabe a aplicação do disposto no artigo 478 do Código Civil, que preceitua que diante de situação excepcional onde fica evidente a prestação excessivamente onerosa a uma das partes poderá o devedor pedir a resolução do contrato, sendo, portanto, indevida a cobrança de multa, segue deliberação Tribunal de Justiça do Paraná sobre o tema:

“RECURSO INOMINADO. MATÉRIA RESIDUAL. LOCAÇÃO RESIDENCIAL. RESCISÃO ANTECIPADA. MULTA CONTRATUAL. TEORIA DA IMPREVISÃO. PANDEMIA COVID-19. ONEROSIDADE EXCESSIVA. AFASTAMENTO DA COBRANÇA DA MULTA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1 – Ação declaratória de inexistência de débito.2 – Contrato de locação residencial para estudante de curso de doutorado firmado em 04.02.2020 e rescindido em 11.05.2020.3 – Suspensão das atividades da Universidade Estadual de Maringá em decorrência da edição do Ato Executivo 040/2020 – GRE, devido à pandemia que assola o País.4 – Rescisão antecipada do contrato. Pretensão de isenção de pagamento da multa contratual.5 - Diante do reconhecimento oficial do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, com a determinação do fechamento de estabelecimentos comerciais e a suspensão de eventos coletivos, inclusive de aulas, entre outras medidas de contenção da disseminação do coronavírus, ocasionando

grave crise econômica em diversos setores. 6. A teoria da imprevisão consiste na possibilidade de revisão ou resolução do contrato quando ocorrerem, durante a execução, situações que, à época da celebração da avença, não eram previsíveis pelos contratantes e que ocasionam onerosidade excessiva a uma das partes, com extrema vantagem à outra. 7. **Sem olvidar do pacta sunt servanda, princípio que torna obrigatórias as cláusulas contratuais livre e previamente pactuadas, tem-se que a pandemia de COVID-19 perfaz verdadeiro caso fortuito, capaz de ensejar a intervenção do Poder Judiciário para isentar a parte locatária do pagamento da multa contratual pela rescisão antecipada do contrato de locação haja vista que tal fato somente ocorreu ante uma situação não prevista e inesperada.** 8 – **A rescisão foi motivada por causa alheia a vontade da locatária.** 9 - **Sentença mantida. Recurso desprovido”.**

(TJPR – Recurso Inominado nº 0008024-44.2020.8.16.0018, Relator: Irineu Stein Junior. Data de Julgamento: 17/09/2021, Órgão Julgador: 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais. Data de Publicação: 20/09/2021).

Entretanto, para conseguir o afastamento da multa deve obrigatoriamente comprovar o comprometimento de suas finanças em razão da epidemia, além da necessidade de que o contrato tenha iniciado antes do período pandêmico e a rescisão tenha sido solicitada após o início das medidas restritivas. Por essa razão muitos pedidos são negados pois caracterizam violação da boa-fé contratual, como exemplo, segue a decisão do mesmo tribunal.

“RECURSO INOMINADO. LOCAÇÃO COMERCIAL. PEDIDO DE RESCISÃO CONTRATUAL ANTECIPADA PELO LOCATÁRIO. REQUERIMENTO DE AFASTAMENTO DE MULTA CONTRATUAL. SOLICITAÇÃO DE RESCISÃO ANTERIOR ÀS MEDIDAS EMERGENCIAIS ADOTADAS NA COMARCA EM RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19. REGULARIDADE DA COBRANÇA DA MULTA. PREVISÃO CONTRATUAL EXPRESSA. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. OBSERVÂNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO”.

(TJPR – Recurso Inominado nº 0012924-34.2020.8.16.0030, Relator: Marcel Luis Hoffmann, Data de Julgamento: 22/02/2022, Órgão Julgador: 2ª Turma Recursal dos

---

Juizados Especiais, Data de Publicação: 23/02/2022).

Dessa forma, cabe ao magistrado analisar o impacto econômico-financeiro trazido pela epidemia sobre as partes, buscando aplicar a suspensão ou redução do aluguel para evitar o encerramento abrupto dos contratos e minimizar os prejuízos as partes.

#### 4.1.4. Contrato de Seguro de Vida

Por último, mas não menos importante, cabe mencionar o contrato de seguro de vida, seu conceito está disposto no artigo 757 do Código Civil, “pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados”. Existem diversas modalidades de seguros, como o seguro de viagem, seguro de bens imóveis e móveis etc. Mas no contexto da pandemia, com o grande número de mortes tornou-se relevante a questão do seguro de vida.

Assim como os demais tipos contratuais mencionados o contrato de seguro também é regido pelo livre exercício da autonomia das partes, dessa forma é possível a estipulação de cláusula de não indenizar, já abordada na seção terciária 3.1.4., a qual afasta a responsabilidade do segurador nas hipóteses previstas na cláusula.

Entretanto, se tratando especificamente do seguro de vida, o enquadramento caso fortuito ou de força maior na cláusula excludente, sendo a pandemia um evento que se enquadra nessa modalidade, viola diretamente o disposto no artigo 757 pois restringe a proteção do interesse legítimo do segurado, podendo ocorrer o afastamento da cláusula, conforme demonstra o caso julgado pelo juiz Daniel Ribeiro de Paula, da 11ª Vara Cível de Santos, que concedeu o pedido de receber indenização, após a morte do segurado em razão da COVID-19, no valor R\$ 90.420, correspondente ao “evento morte” fixado na apólice, mesmo o contrato prevendo a exclusão da cobertura para pandemia.

---

O entendimento do magistrado foi no sentido que a seguradora deixou de informar o consumidor, no momento da contratação da apólice, sobre a cláusula, deixando de respeitar o disposto no artigo 6º, inciso III do Código de Defesa do Consumidor sobre o direito de informação adequada e clara, segue trechos extraídos da sentença:

“Desta forma, à luz das premissas hermenêuticas que inspiram as relações de consumo, não é demasiado assinalar que, em regra, não tendo o consumidor recebido previamente as informações pertinentes às condições de cobertura do seguro, notadamente em relação àquelas excludentes do risco, não poderá a seguradora se eximir do pagamento da indenização, com base nas cláusulas nele previstas, mas das quais o segurado não teve ciência no momento da contratação.

A par do dever de informar, o legislador consagrou no Código de Defesa do Consumidor o princípio da transparência, traduzido na obrigação de o fornecedor dar ao consumidor a oportunidade de conhecer o conteúdo do contrato previamente, ou seja, antes de assumir qualquer obrigação.

(...)

Desse modo, por todos os fundamentos expostos, impende concluir que, no caso, o descumprimento do dever de informação por parte da empresar é, no tocante à cláusula excludente de cobertura, afastou sua eficácia em relação à autora, autorizando, em contrapartida, a manutenção da responsabilidade da seguradora pelo pagamento da indenização, prevista na apólice para a modalidade respectiva.

(...)

Ante o exposto com base nos artigos 3º, 6º, incisos III e IV, e 37, do Código de Defesa do Consumidor, no artigo 5º da LINDB, artigos 8º e 355, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido para reconhecer à autora o direito de receber a indenização reclamada, tomando por base a quantia fixada na apólice, sobre a qual foi cobrado o prêmio e condenar a ré a pagar à autora o valor da cobertura contratada para o evento morte, cujo valor segurado equivale a R\$ 90.420,00 (Noventa mil, quatrocentos e vinte reais), e que deve ser devidamente atualizado por ocasião do efetivo pagamento”.

(TJSP – Ação nº 1016257-17.2021.8.26.0562. Juiz: Daniel Ribeiro de Paula. Data de

---

Julgamento: 18/10/2021, Órgão Julgador: 11ª Vara Cível da Comarca de Santos. Data de Publicação: 20/10/2021).

A mencionada jurisprudência evidencia a relevância do princípio da boa-fé tanto objetiva, quanto subjetiva, que se volta também, para as dimensões de todos os demais princípios das relações contratuais, tais como o princípio da transparência, equilíbrio contratual, autonomia da vontade, consensualismo, dentre outros que devem fazer prevalecer as intenções da função social dos contratos.

## 5. Considerações Finais

Diante de todo o exposto, é possível extrair algumas considerações: a) não é relevante a distinção do caso fortuito e da força maior pois ambos produzem os mesmos efeitos, ou seja, o afastamento da responsabilidade civil; b) trata-se de impossibilidade absoluta do cumprimento da obrigação e somente são aplicáveis em casos concretos onde devem ser ponderados todas as suas particularidades; c) considerando que o fortuito interno está atrelado diretamente a atividade do agente, a responsabilidade só será afastada quando se tratar de um fortuito externo.

Em razão do contrato ser baseado na autonomia da vontade dos contratantes é permitido a utilização de cláusulas que estabelecem ou restringem deveres e responsabilidades como forma de proteção, dessa forma, é totalmente lícito excluir a obrigação de indenizar em alguns casos. Entretanto, essas cláusulas devem respeitar a boa-fé e o equilíbrio contratual, além dos demais princípios que regem os contratos, sendo assim, como foi visto, caso o magistrado entenda que houve a violação de algum princípio, de norma legal ou do interesse público, pode suprimir a aplicação da cláusula. Com relação a cláusula do caso fortuito e da força maior demonstrou-se que não é obrigatória, pois é uma limitação imposta pela própria lei, prevista no caput do artigo 393 do Código Civil, e que

---

quando utilizada de forma que ocorra excessiva abusividade/onerosidade para uma das partes, pode ser afastada a sua eficácia.

Dentre os remédios oferecidos pela ordem jurídica, a renegociação contratual é a mais comum, por mais que não seja uma obrigação é uma alternativa trazida pela doutrina e pela jurisprudência, assim a renegociação é um dever trazido pela boa-fé objetiva para buscar o reequilíbrio do contrato, devendo ser a negociação extrajudicial a primeira alternativa para as partes antes de demandar no judiciário. Cabe ressaltar que, o dever de revisar não constitui o dever de aceitar as novas condições oferecidas, portanto, não configura uma obrigação de resultado, assim, caso as partes não cheguem a um consenso deve ser submetida ao processo judicial.

“Assim, ao rejeitar um dever de renegociar, tem-se simplesmente um “tampar o Sol com a peneira”, porque não se está a garantir a intangibilidade do contrato originário, mas apenas forçando o contratante interessado na revisão a recorrer ao Poder Judiciário para obter algo que poderia obter extrajudicialmente, tivesse o outro contratante o dever de renegociar” (SCHREIBER, 2020, p. 383).

Ao julgar o magistrado não está apenas realizando a prestação jurisdicional aos contratantes, mas também está criando precedentes jurisprudenciais as novas lides, por esse motivo da preocupação da análise em concreto de cada caso. Diante de tudo que foi evidenciado, sendo aplicado dentro das circunstâncias trazidas pela epidemia global da COVID-19, é de se notar que ela não produziu efeitos sobre todos os contratos, já que muitos setores, como o alimentício que se adaptou e passou a atender na modalidade *drive-thru* e *delivery*, muitos comércios passaram a atender por canais digitais para se manter em funcionamento.

Logo, não podem os contratantes generalizar as situações e colocar a culpa do inadimplemento somente na crise sanitária, pois, como já foi demonstrado em diversos

pontos desta pesquisa, os magistrados não levam em consideração somente o contrato e seus termos, mas toda situação patrimonial do devedor, devendo obrigatoriamente ser demonstrados os impactos financeiros trazidos exclusivamente pela pandemia, a impossibilidade definitiva da prestação e a onerosidade excessiva da manutenção do contrato, além de avaliar se evento não está ligado diretamente a atividade do agente e aos riscos inerentes a ela.

Sendo assim, como nem sempre será configurado a exclusão de responsabilidade pela aplicação do caso fortuito e pela força maior, sendo mantido o nexos de causalidade, exista a possibilidade de revisão judicial através da invocação do disposto no artigo 478 do Código Civil, que permite a resolução e renegociação em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis. De todo modo, o objetivo é preservar ou reestabelecer o equilíbrio e garantir o cumprimento contratual.

## Referências

BESSA, Leonardo Roscoe. **Código de defesa do consumidor comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*.

BDINE JR., Hamid Charaf. *In*: PELUSO, Cezar (coord.). **Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência**. 15. ed. Barueri [SP]: Manole, 2021. *E-book*.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Institui o Código de Defesa do Consumidor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o **Código Civil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm). Acesso em: 15 ago. 2021.

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. **Jornadas de direito civil I, III, IV e V: enunciados aprovados / coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior**. Brasília: Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível : <https://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/centro-de-estudos-judiciarios-1/publicacoes-1/jornadas-cej/EnunciadosAprovados->

Jornadas-1345.pdf. Acesso em: 12 fev. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (3º Juizado Especial Cível de Brasília). **Sentença de Ação de Rescisão Contratual nº 0722750-37.2020.8.07.0016**. Suspensão temporária de serviço por motivo de força maior, possibilidade de prorrogação do contrato por igual período em que a academia ficou fechada, não há abusividade na cobrança de multa de 30% para rescisão contratual antecipada. Autores: Bruno Coelho Moreira e Mariana Sarmanho de Albuquerque Moreira. Réu: BRDF Fitness Center – Academia de Ginastica LTDA. Juíza: Giselle Rocha Raposo. Disponível em: <https://pje-consultapublica.tjdft.jus.br/consultapublica/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/documentoSemLoginHTML.seam?ca=041817ee3ef1c5e620b3ed2c3a7b93a9d873cf9f172c2596beb58519865d6983715b1b6996655fc890f29e09d6ab17e3e27be28ea7c91da7&idProcessoDo c=70577604>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais (9ª Câmara Civil). **Agravo de Instrumento nº 2771158-71.2021.8.13.0000**. Suspensão de ação de despejo, em observância a Lei nº 14.216/2021, por força maior trazida pela pandemia da COVID-19. Recorrente: Wilson Ferreira de Aguiar. Recorrido: Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte. Relator: Amorim Siqueira. Disponível em: [https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=749E33FE7D9B2A4FB2C6AE19C0526B7B.juri\\_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=2771158-71.2021.8.13.0000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar](https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=749E33FE7D9B2A4FB2C6AE19C0526B7B.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=2771158-71.2021.8.13.0000&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar). Acesso em 13 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais (17ª Câmara Civil). **Apelação Cível nº 5002688-85.2020.8.13.0687**. Prestação de serviço de transporte aéreo, cancelamento de voo e realocação em outro, período de pandemia, verificação de caso fortuito e força maior, caracterizada a excludente de responsabilidade. Recorrente: Érica Almeida Arruda. Recorrido: Transportes Aéreos Portugueses S/A. Relator: Amauri Pinto Ferreira. Disponível em: [https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=0359C0B897B2B2ED03C7DB0AC6951F0B.juri\\_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=5002688-85.2020.8.13.0687&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar](https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=0359C0B897B2B2ED03C7DB0AC6951F0B.juri_node1?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=5002688-85.2020.8.13.0687&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar). Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná (2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais). **Recurso Inominado nº 0008024-44.2020.8.16.0018**. Afastamento de multa rescisória devido a configuração de onerosidade excessiva em razão da pandemia COVID-19, a rescisão foi motivada por causa alheia a vontade da locatária. Recorrentes: Claudemir Pereira Bezerra e Pedro Granado Imóveis Ltda. Recorrido: Melina Aparecida Plastina Cardoso. Relator: Irineu



Stein Junior. Disponível em:

<https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/2100000017076211/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0008024-44.2020.8.16.0018>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná (2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais). **Recurso Inominado nº 0012924-34.2020.8.16.0030**. Impossibilidade do afastamento de multa rescisória sob alegação de fato extraordinário e imprevisível provocado pela COVID-19, mera alegação de dificuldade financeira não autoriza o afastamento das cláusulas contratuais pois fere o princípio da boa-fé. Recorrente: Diacir De Nadai. Recorrido: Tassio Carneiro Pinheiro. Relator: Marcel Luis Hoffmann. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/2100000019109661/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0012924-34.2020.8.16.0030>. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Paraná (5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais). **Recurso Inominado nº 0007125-87.2020.8.16.0069**. Redução de mensalidade por transferência das aulas presenciais para modalidade a distância em razão da força maior da pandemia, reforma da sentença que concedeu o desconto, falta de comprovação de redução da qualidade de ensino, portanto, não cabe abatimento. Recorrente: Associação Paranaense de Cultura – APC. Recorrida: Juliana Linhares Pereira. Relatora: Maria Roseli Guiesmann. Disponível em: [https://consulta.tjpr.jus.br/projudi\\_consulta/arquivo.do?\\_tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8effb7e252194c6ab850ac017e10945b00984a0fcb9fe9dd0b0b975d50f7](https://consulta.tjpr.jus.br/projudi_consulta/arquivo.do?_tj=8a6c53f8698c7ff7e57a8effb7e252194c6ab850ac017e10945b00984a0fcb9fe9dd0b0b975d50f7). Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo (11ª Vara Cível da Comarca de Santos). **Ação nº 1016257-17.2021.8.26.0562**. Reconhecimento do direito de recebimento do valor de apólice de seguro, afastamento da cláusula de exclusão da pandemia devido à violação do direito à informação previsto no artigo 6º, inciso III do Código de Defesa do Consumidor. Requerente: Maria do Amparo Oliveira. Requerido: Gente Seguradora S/A. Juiz: Daniel Ribeiro de Paula. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/justica-determina-cobertura-seguro-vida.pdf>. Acesso em 15 abr. 2022.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2020. *E-book*.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro - Teoria Geral das Obrigações**, 22. ed., v. 2. rev. e atual, de acordo com a Reforma do CPC São Paulo: Saraiva, 2007.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. 20. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. *E-book*.

---

LÔBO, Paulo. **Direito Civil**: Volume 3: Contratos. 8. ed. p. 70. São Paulo: SaraivaJur, 2022. *E-book*.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**: obrigações em geral. 6. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995.

MAYER FEITOSA, M. L. P. de A. **O contrato como regulador e como produtor de riscos**. In: *Prima Facie – Direito, História e Política*, v. 12, n. 22, p. 64-85, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4507>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. / atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. São Paulo: Malheiros, 2016.

NETTO, Felipe Braga. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. **Novo tratado de responsabilidade civil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. *E-book*.

PEREIRA, Caio Mário da Silva; Gustavo Tepedino. **Responsabilidade Civil**. 12. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. *E-book*.

RESEDÁ, Salomão. **“TODOS QUEREM APERTAR O BOTÃO VERMELHO DO ART. 393 DO CÓDIGO CIVIL PARA SE EJETAR DO CONTRATO EM RAZÃO DA COVID- 19, MAS A PERGUNTA QUE SE FAZ É: TODOS POSSUEM ESSE DIREITO?”** Disponível em: [https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/4/7B7ADCA7997A49\\_salomao.pdf](https://www.migalhas.com.br/arquivos/2020/4/7B7ADCA7997A49_salomao.pdf). Acesso em: 27 ago. 2021.

MIRAGEM, Bruno. **Direito civil**: responsabilidade civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*.

TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*.

TEPEDINO, Gustavo. TERRA, Aline de Miranda Valverde. GUEDES, Gisele Sampaio da Cruz. **Fundamentos do direito civil**: responsabilidade civil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*.

TEPEDINO, Gustavo. KONDER, Carlos Nelson. BANDEIRA, Paula Greco. **Fundamentos do direito civil**, vol. 3. – Contratos, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*.

SCHREIBER, Anderson. **Equilíbrio contratual e dever de renegociar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. *E-book*.